



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

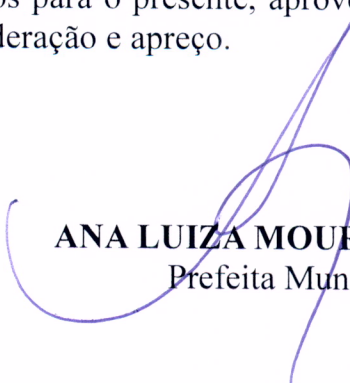
PMSA OF Nº 642/2023

Sant'Ana do Livramento, 08 de agosto de 2023.

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, em atenção ao Ofício nº 63/2023/CM-CT, que encaminhou o Pedido de Providência nº 218 do Vereador Gilbert Gisler-Xepa, encaminhar em anexo, as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.



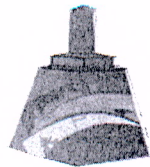
**ANA LUIZA MOURA TAROUCO**  
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.

**Ver. MAURICIO BOFILL DEL FABRO**

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Sant'Ana do Livramento – RS.



PREFEITURA MUNICIPAL	
PROTOCOLO	3293
ENTRADA EM	09/08/23
SAÍDA EM:	
DESTINO:	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

*[Assinatura]*  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Mun. de Livramento - RS

**MEMORANDO SME 1036/2023**

**De: Secretaria Municipal de Educação**

**Para Secretaria Municipal de Administração**

**Data: 07/08/2023**

**Assunto: Resposta ao Pedido de Informação 218/2023**

Prezado Senhor;

Ao cumprimentá-lo, em resposta ao Pedido de Providência nº218/2023 do Vereador Gilbert Gisler-Xepa em anexo ao Ofício nº063/2023/CM-CT, após análise minuciosa da Lei número 6.072 de 29 de janeiro de 2012 referida no corpo do mesmo, viemos solicitar a revogação desta, tendo em vista as seguintes condições:

1-A Lei em questão, em seu art.2º, prevê que todas as escolas da rede municipal ficam habilitadas ao possível recurso PDDE-M, porém nem todas as escolas referidas, estão adimplentes com a obrigação de prestar contas de recursos repassados pelo FUNDEB, em exercícios anteriores, que é requisito necessário ao PDDE/MEC, logo não estariam para esse possível recurso também.

2-A Lei em questão, prevê em seu Art.4º que os repasses citados, serão efetuados de acordo com a disponibilidade dos recursos das contas do FUNDE e MDE do município. Essa redação inviabiliza a criação do repasse PDDE-M, visto que os recursos para um programa municipal não podem ser atrelados aos repasses federais, deveria ser previsto com recurso próprio. Também no inciso 1º desse artigo, está previsto um Decreto regulamentador que deveria ter sido sancionado após a publicação da Lei, o que não foi realizado.

3-A Lei em seu Art. 5º incisos 1º, 2º e 3º e parágrafo único retratam uma proporcionalidade incompatível com a realidade apresentada pelas escolas da rede municipal de ensino de Sant'Ana do Livramento, e não contempla em sua redação maiores dados para a criação de um programa de tal porte, como previsão de periodicidade dos repasses.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos;

Atenciosamente;

*Elisângela de A. Duarte*  
Elisângela de A. Duarte  
Secretária Municipal de Educação

Documento elaborado por: Mirta Sandra Rodrigues dos Santos

Endereço: Rua dos Andradas, 660, 2º andar – Centro | (55) 3968-1041 / 3968-1042  
www.sdolivramento.com.br

"A cidade e o campo com mais vigor!"